



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E SEÇÕES ESPECIALIZADAS

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE 4/11/2022
TRIBUNAL PLENO

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, reuniu-se o TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, EM SESSÃO ORDINÁRIA, sob a presidência da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno. Presentes os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho José Antônio Parente da Silva, Cláudio Soares Pires, Maria José Girão, Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior, Plauto Carneiro Porto, Durval César de Vasconcelos Maia, Francisco José Gomes da Silva e Paulo Régis Machado Botelho. Ausente, por motivo de férias, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Jefferson Quesado Júnior. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho Maria Roseli Mendes Alencar, Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque, Emmanuel Teófilo Furtado e Clóvis Valença Alves Filho. Presente, ainda, a Excelentíssima Procuradora Juliana Sombra Peixoto Garcia, representando o Ministério Público do Trabalho, e comigo, Ednevaldo Medeiros Pereira, Secretário-Geral Judiciário, foi aberta a sessão pela Presidência. Consigno, ainda, a presença dos nobres advogados Ricardo Ferreira Valente, Valmir José da Costa, Ricardo Fassina e José Aiton Veras Carvalho, regularmente inscritos para defesa oral. Inicialmente, a Presidente apresentou seus cumprimentos de estilo. Em seguida, no horário das comunicações, propôs voto de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Edgar Carlos de Amorim. Apresentou também votos de pesar pelo falecimento, aos cento e quatro anos de idade, da Senhora Maria Laura Monteiro Vasconcelos, genitora do servidor deste Tribunal Tarcísio Monteiro de Vasconcelos. Manifestou, ainda, votos de pesar pelo falecimento da servidora aposentada Maria Ocilma Rodrigues e de sua mãe, Senhora Ilza Rodrigues Braulino da Silva, ambas vítimas de um infortúnio. Em seguida, propôs votos de congratulações aos Desembargadores Maria Roseli Mendes Alencar e Emmanuel Teófilo Furtado pela passagem de seus natalícios. Todos aderiram às proposições. Na sequência, facultou a palavra aos demais desembargadores e à Procuradora do Trabalho. No ensejo, a Procuradora Juliana Sombra Peixoto Garcia registrou as ações realizadas pelo Ministério Público do Trabalho, com a colaboração deste Regional, atinentes à prevenção e repressão do assédio eleitoral no segundo turno de votação das eleições de 2022. O Desembargador José Antonio Parente da Silva, na oportunidade, destacou a relevância social deste trabalho para a defesa do exercício democrático do voto. O Desembargador do Trabalho Francisco José Gomes da Silva se associou às palavras do Desembargador José Antonio Parente da Silva, reiterando a importância da atuação do Ministério Público do Trabalho nas últimas eleições e

registrou suas felicitações ao candidato eleito para o cargo de Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O Desembargador Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior registrou suas congratulações ao Desembargador José Antonio Parente da Silva, que aniversariou recentemente. Sem mais comunicados, foi iniciado o julgamento dos processos judiciais eletrônicos incluídos em pauta, com a oitiva dos advogados habilitados. Ao final da votação, foram julgadas as ações rescisórias 0080465-44.2021.5.07.0000, 0000098-96.2022.5.07.0000 e 0000196-81.2022.5.07.0000; os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas 0000187-22.2022.5.07.0000 e 0080535-61.2021.5.07.0000; o Recurso Administrativo 0080473-21.2021.5.07.0000 e os Embargos de Terceiro Cível 0080474-11.2018.5.07.0000. Não foram julgadas as Ações Rescisórias 0080438-61.2021.5.07.0000, 0080289-65.2021.5.07.0000, 0080332-02.2021.5.07.0000, 0080552-34.2020.5.07.0000 e 0080689-79.2021.5.07.0000. Encerrada a pauta judicial, foram apreciadas as seguintes matérias administrativas: Criação da Coordenadoria da Ouvidoria (PROAD 3697/2022); Concessão de aposentadoria voluntária ao Desembargador do Trabalho Cláudio Soares Pires (PROAD 4971/2022); Nomeação do Diretor de Desenvolvimento de Pessoas (PROAD 5128/2022); Adequação de funções a requisitos mínimos para ocupação de cargos em comissão (PROAD 5191/2021); Processo de eliminação de documentos e autos judiciais (PROAD 5417/2022); Alterações no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas e nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (PROAD 6124/2022); Agendamento do usufruto de 1 (um) dia de férias da Desembargadora do Trabalho Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque (PROAD 6185/2022); Aprovação da escala de férias dos desembargadores para 2023 (PROAD 6273/2022); Criação da Seção de Inteligência no âmbito do TRT7 (PROAD 6275/2022); Revogação de atos normativos referentes ao COVID-19 (PROAD 6277/2022) e Recurso administrativo interposto pelo servidor aposentado José de Lima Ribeiro relativo à devolução de auxílio-alimentação (Processo Administrativo 0011334-60.2013.5.07.0000). Registro, por fim, que a presente sessão foi gravada e o conteúdo do vídeo com a íntegra das votações e demais assuntos tratados está disponível no *site* deste Tribunal no menu “Transparência – Gestão Judiciária – Sessões de Julgamento – Atas, Áudios e Vídeos”. Concluídos os trabalhos e nada mais havendo a deliberar, a Presidente declarou encerrada a sessão e, para constar, eu, EDNEVALDO MEDEIROS PEREIRA, Secretário-Geral Judiciário, lavrei a presente ata.